

As dificuldades de aprendizagem sob a perspectiva da escuta fonoaudiológica e do olhar dos profissionais da Educação: construindo possibilidades de intervenção

Daniella Sampaio Zorzi
Vera Lúcia Ferreira Mendes (co-orientadora)
Suzana Magalhães Maia (orientadora)

Palavras chave: Aprendizagem, Linguagem, Atenção à saúde.

Introdução: Nos diversos projetos que desenvolvi na Atenção Básica, em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Programa de Saúde da Família (PSF) da Zona Norte de São Paulo, a demanda de crianças e adolescentes encaminhadas com queixa de dificuldades de aprendizagem era bastante significativa e, embora nestas experiências não tenham sido realizados estudos específicos de prevalência ou incidência, tais encaminhamentos ocupavam cerca de 60% da demanda atendida pelo setor de Fonoaudiologia.

Em pesquisas realizadas dentro desses serviços, observamos que cerca de 85% das crianças encaminhadas com queixa de dificuldades no processo de aprendizagem, após realizada avaliação fonoaudiológica, não apresentavam qualquer tipo de déficit cognitivo, linguístico, sensorial, motor e/ou neurológico que pudessem justificar tal problemática.

Por outro lado, pesquisas realizadas sobre o grau de letramento das crianças e das famílias moradoras das áreas dessas UBSs, mostram que em grande parte dos indivíduos analisados o grau de letramento é bastante baixo e as práticas de leitura e escrita são restritas ou quase nulas, o que pode ser caracterizado como sub-letramento. Outro dado relevante confirmado pelas pesquisas, é que as crianças entre 4 e 10 anos tem na escola a única possibilidade de experimentação de práticas letradas, o que nos mostra fortes indícios de que o desempenho pedagógico abaixo do esperado desta população pode estar fortemente vinculado aos usos e sentidos sociais da escrita.

Com base nestes estudos e em experiências terapêuticas no trato com crianças e adolescentes, iniciamos um projeto intersetorial entre saúde e educação na região do Jaguaré – Zona Oeste da Cidade de São Paulo. Basicamente, tal projeto tinha por objetivo a produção de redes de cuidados capazes de ampliar as condições de aprendizagem de crianças e adolescentes. O processo de pesquisa e os resultados obtidos por esta dissertação, é um dos produtos desta experiência e analisa, particularmente, como as escolas lidam com o baixo rendimento escolar e com a

possibilidade de produzir dispositivos para lidar com este problema em escolas e Núcleos Sócio-Educativos (Nuses) da região, visando promover a construção de práticas sócio-educativas mais consistentes e eficazes.

Objetivo: Identificar e analisar como as educadoras dos Nuses e os professores do Ensino Fundamental I de uma escola da rede pública de ensino da região do Jaguaré, lidam com as dificuldades de aprendizagem em suas práticas educacionais e suas interfaces com as práticas de saúde, visando a construção de uma rede de cuidados transdisciplinar e intersetorial.

Método: Para levantamento dos dados foi utilizada a técnica do grupo focal. Foram desenvolvidos dois grupos focais, sendo um com as quatro educadoras dos Nuses (duas do Nuse Santa Cruz e duas do Nuse Bom Jesus) e outro com sete professoras de uma mesma escola da região, a qual possui um número significativo de alunos que também freqüentam os Nuses. O fluxo de debate foi semi-estruturado e o encontro teve duração aproximada de duas horas, gravado em fita cassete para posterior transcrição e análise.

Resultados: Em termos gerais, em ambos os grupos foram discutidos temas centrais que permeiam as dificuldades de aprendizagem, tais como: como as educadoras/ professoras percebem a existência das dificuldades de aprendizagem, qual o conceito que têm a respeito desse problema, influência de outros fatores (família/ contexto social), condutas mais utilizadas no manejo com essa situação, momento e expectativas sobre o encaminhamento para as especialidades, críticas à escola e as políticas públicas e de governo, percalços encontrados por elas para lidar com essa problemática em sala de aula, e desafios encontrados no cotidiano para lidar com crianças que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem.

Nos últimos anos houve um aumento considerável da demanda de crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de problema relacionado ao seu processo de aprendizagem. É comum observamos atualmente, crianças chegarem até a 4ª série sem estarem alfabetizadas efetivamente e, freqüentemente, casos como esses são encaminhados para a saúde, na expectativa de que os especialistas consigam solucioná-los. Em outras palavras, as dificuldades de aprendizagem extravasaram o campo da educação e tornaram-se também um problema de saúde pública.

Em relação à percepção e aos primeiros sinais notados pelas participantes a respeito das dificuldades de aprendizagem, em ambas as instituições foi apontado de forma unânime as mudanças de comportamento como principal indício. As principais

mudanças de comportamento citadas foram: indisciplina, dispersão, fuga diante das atividades propostas, distanciamento dos amigos, pouca participação, apatia ou agressividade e a insegurança.

A concepção de escrita presente nas entrelinhas no discurso da maioria das participantes é o de que ela é apenas um sistema de codificação da fala (correspondência entre fonemas e grafemas), um comportamento a ser aprendido. Por essa razão, é essencial que não haja problemas e/ou imperfeições na consciência fonológica e/ou em seu processamento, pois acredita-se que isso interfere na aquisição da linguagem escrita e conseqüentemente pode gerar problemas na aprendizagem.

Ao mesmo tempo em que o conceito de dificuldade de aprendizagem é atrelado às causas orgânicas, apareceu em ambos os grupos a interferência dos aspectos familiares e das condições sócio-econômicas e culturais adversas que essas famílias estão submetidas no processo de aprendizagem. Contudo, mesmo percebendo tais influências, nenhuma das educadoras mencionou possibilidades de enfrentar ou tentar intervir nesses casos.

Quando questionadas sobre as condutas mais utilizadas no trato com as dificuldades de aprendizagem, foram mencionadas as seguintes: dar mais atenção e carinho; a realização de uma atividade paralela; mudança de estratégias de trabalho, visando estimular essas crianças e aumentar o interesse em aprender; incentivo às práticas de leitura e o encaminhamento para especialistas.

Foi unânime a queixa de não receberem uma devolutiva do caso que encaminharam para os profissionais da saúde. Isso, segundo elas, interfere diretamente em suas práticas, uma vez que sem a devolutiva não é possível ter um *feedback* em relação às suas observações e as dúvidas sobre as crianças e suas dificuldades permanecem. Ou seja, crêem que a devolutiva auxilia o professor a direcionar seu olhar em relação ao aluno com dificuldades, orientando sua ação.

Ao longo de todo encontro e em diversos momentos a escola pública e as políticas voltadas para a educação foram alvos de críticas de todas as educadoras. Elas acreditam que grande parte dos percalços que enfrentam com seus alunos, como a indisciplina e a não alfabetização, deve-se aos problemas do atual sistema educacional.

Ao comparar as respostas de ambos os grupos, pôde-se notar influências do trabalho de assessoria desenvolvido nos Nuses no discurso dessas educadoras no que diz respeito ao modo como se posicionam frente às dificuldades de aprendizagem, como por exemplo, ao considerarem necessária uma aproximação com a história de vida de seus alunos, de suas famílias e das condições sociais a que estão submetidos,

visando compreender melhor a influência de tais fatores nas dificuldades escolares. Reconhecem o fonoaudiólogo como profissional mais apropriado para se realizar o encaminhamento, enquanto que as professoras encaminham para psicólogos.

Considerações Finais: Podemos supor que a diferença encontrada entre os grupos está, em certa medida, relacionada com o trabalho desenvolvido nos Nuses ao longo do ano de 2006 pelo setor de Fonoaudiologia¹, principalmente no que diz respeito ao trabalho de assessoria dessas instituições, desenvolvido a partir da implicação dos educadores e da ampliação dos recursos institucionais (capital tecnológico, humano, social) no enfrentamento das dificuldades apresentadas pelas crianças.

Pelo fato de considerarmos as dificuldades de aprendizagem como uma problemática social que perpassa questões políticas, educacionais, sócio-econômicas e culturais, é essencial que haja o envolvimento de diferentes setores e a construção de uma política transversal, capaz de articular o conjunto de ações necessárias para cuidar de tal problemática, ampliando as possibilidades de mudança no modo de ver e lidar com os problemas relativos ao processo de aprendizagem e, conseqüentemente, de construção de novas práticas profissionais.

Somente por meio da mudança de paradigma das políticas públicas, bem como do papel dos profissionais de saúde e da educação, é que será possível a construção de uma parceria efetiva entre os diferentes setores. A produção de ações intersetoriais que se ocupem da relação alfabetização/letramento/fracasso escolar, representa hoje, uma das maiores chances de tecer redes de cuidado e de proteção a essas crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas:

- 1- Alves MCF, Cunha PF. Letramento e atuação fonoaudiológica em unidades básicas de saúde. [iniciação Científica] São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Conselho de Ensino e Pesquisa; 2004
- 2- Garcia ALM. Fonoaudiologia e letramento. In: Dauden ATBC, Mori-de Angelis CC (orgs.). Linguagem escrita: tendências e reflexões sobre o trabalho fonoaudiológico. São Paulo: Pancast Editora, 2004
- 3- Mendes VLF. Uma Clínica no Coletivo: experimentações no programa de saúde da família [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós Graduação em Psicologia Clínica; 2004.
- 4- Roso A. Grupos focais em Psicologia Social: da teoria à prática. Psico: 1997, jul/dez (2): 155-169.
- 5- Zorzi DS, Guadagnoli CF, Novalo ES. O processo de letramento: investigação e proposta de trabalho em instituições públicas [iniciação científica]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Conselho de Ensino e Pesquisa; 2003.

¹ Laboratório de Desenvolvimento de Projetos Sociais do Curso de Aprimoramento em Saúde Coletiva da PUC-SP